

ARTIGO ARTICLE

Proteção ao trabalhador imigrante: O que dizem as reuniões científicas do GPTEC

Protecting Immigrant Workers: What GPTEC's Scientific Meetings Say

Proteger a los trabajadores inmigrantes: Lo que dicen las reuniones científicas del GPTEC

■ Daniela Valle da Rocha Muller¹

e-mail: danivmuller@gmail.com

Resumo

Palavras-chave: proteção ao trabalho do imigrante, Reunião Científica, GPTEC, trabalho escravo contemporâneo, revisão bibliográfica

Keywords: protection of Immigrant Labor, Scientific Meeting GPTEC, contemporary slave labor, bibliographic review

Palabras-clave: protección de la mano de obra inmigrante, Reunión Científica, GPTEC, trabajo esclavo contemporáneo, revisión bibliográfica

A condição de imigrante tem se apresentado como fator de risco para a exploração ilegal e predatória de certas pessoas, sendo historicamente utilizada para negar ou rebaixar a sua condição humana e para justificar o tratamento aviltante que essas pessoas recebem nas relações de trabalho. O tema tem recebido atenção dos participantes das Reuniões Científicas, organizadas pelo Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) vinculado ao NEPP-DH/UFRJ. Busca-se conhecer e avaliar a produção que resultou das 14 Reuniões Científicas realizadas entre 2007 e 2021, a fim de detectar o que já foi pesquisado e o que ainda precisa ser conhecido em relação ao trabalho de imigrantes em condições análogas à de escravo e temas correlatos.

Abstract

The condition of immigrant has been presented as a risk factor for the illegal and predatory exploitation of certain people, as it has historically been used to deny or demean their human condition and to justify the degrading treatment they receive in labor relations. The topic has received attention from participants in the Scientific Meetings, organized by the Contemporary Slave Labor Research Group (GPTEC) linked to NEPP-DH/UFRJ. The aim is to understand and evaluate the output of the 14 Scientific Meetings held between 2007 and 2021, in order to detect what has already been researched and what still needs to be known in relation to the work of immigrants exploited in conditions analogous to slavery, through forced labor, and related topics.

¹ Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1). Gestora nacional do Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante (PETE+) da Justiça do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (AMATRA1) no biênio 2023-2025. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos – Suely Souza de Almeida (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: danivmuller@gmail.com

Introdução

A proteção ao trabalho de imigrantes, compreendida como o conjunto de medidas legais e institucionais que buscam impedir a exploração abusiva e ilegal desse grupo de pessoas, tem sido objeto de estudos e registros apresentados ao longo das Reuniões Científicas, promovidas pelo Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) vinculado ao NEPP-DH/UFRJ. Isso decorre, possivelmente, da estreita ligação entre movimentos migratórios, voluntários ou não, e a modalidade de escravidão que marca profundamente a sociedade brasileira. Tanto no ciclo colonial quanto no imperial, o sistema escravocrata se valia da desterritorialização dos escravizados como instrumento para colocá-los no lugar social de “outro”, ou seja, daquele que pode ser subjugado e explorado sem limites.

Segundo Ricardo Rezende Figueira (2004, p. 40-42), fundador e coordenador do GPTEC, aos olhos dos que legitimam a escravidão, o escravo é visto sempre como um “estrangeiro desenraizado”, sem relações familiares, um “estranho” por excelência. Assim, em diversas épocas e lugares, a pessoa escravizada era alguém de fora, e isso era usado para justificar que fosse tratada como mera mercadoria.

Constata-se que, no tempo presente, um enorme contingente de pessoas cruza fronteiras nacionais e se inserem em relações de trabalho distantes dos seus países de origem. Com bastante frequência, esse grupo se expõe à vulnerabilidade própria da condição de estrangeiro, mesmo quando o trabalho é exercido legalmente. Outros fatores, como origem, raça e gênero, muitas vezes combinados com a permanência irregular no país, reforçam tal vulnerabilidade.

Ainda hoje, há forte relação entre deslocamentos transnacionais e trabalho forçado, degradante e/ou exaustivo. O contexto globalização neoliberal, compreendido como a continuidade do processo de expansão colonial europeia, consolidou e intensificou a divisão do mundo entre metrópoles e colônias, civilizados e selvagens, cultos e ignorantes — em resumo, entre pessoas e sociedades adequadas ao padrão europeu e “os outros”. Esses paradigmas eurocêntricos hegemônicos conformaram, ao longo dos últimos 500 anos, o sistema-mundo onde a exploração aviltante dos colonizados e seus descendentes persiste, por ser lucrativa e naturalizada (Gondim e Muller, 2019).

Nesse contexto, a migração transnacional acompanha a fragmentação da cadeia produtiva e, com ela, a flexibilização de direitos trabalhistas e sociais, por meio das diversas modalidades de terceirização. Mesmo quando o deslocamento não tem como principal motivação a busca de atividades remuneradas, como ocorre no caso dos refugiados, por exemplo, os trabalhadores imigrantes sentem a consequência dessa conformação. Isso porque se inserem mais facilmente em atividades precarizadas, rejeitadas pelos nacionais.

A proposta deste artigo é conhecer e avaliar a produção do GPTEC acerca da proteção ao trabalho do imigrante, fruto das 14 Reuniões Científicas (RCs) realizadas entre 2007 e 2021. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica dos 11 livros produzidos a partir das apresentações realizadas nessas RCs, publicados entre 2011 e 2022. Obtida a amostra,

foi realizado o levantamento quantitativo e a avaliação qualitativa dos dados reunidos.

O objetivo geral da pesquisa bibliográfica foi conhecer a produção resultante das RCs, bem como, avaliar o que foi pesquisado e o que ainda precisa ser conhecido em relação ao trabalho de imigrantes em condições análogas à de escravo e temas correlatos, como tráfico de pessoas, entre outros.

A produção resultante das RCs faz parte da política pública de enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo, por fornecer elementos necessários para a avaliação e o aperfeiçoamento das ações institucionais e medidas normativas envolvidas. A importância da presente investigação reside na avaliação da produção resultante dos encontros, e ainda, na possibilidade de construção da memória das RCs, a partir do registro e do balanço da sua trajetória.

Conceitos utilizados e resultados do levantamento quantitativo

Como já mencionado, o GPTEC realizou 14 RCs entre 2007 e 2021, das quais resultaram 11 publicações, que doravante serão assim denominados: livro 1 (Figueira et al. 2011a); livro 2 (Figueira et al. 2011b); livro 3 (Figueira et al. 2013); livro 4 (Figueira et al. 2015); livro 5 (Figueira et al. 2016); livro 6 (Figueira et al. 2017); livro 7 (Figueira et al. 2018); livro 8 (Figueira et al. 2019); livro 9 (Figueira et al. 2022a); livro 10 (Figueira et al. 2022b); e livro 11 (Figueira et al. 2022c). A amostra foi extraída desse conjunto de publicações, listadas nas referências.

Algumas dessas publicações reuniram trabalhos de duas ou mais RCs, como ocorre, por exemplo, no livro 1, que reúne trabalhos apresentados na primeira e na segunda edição, realizadas em 2007 e 2008. A frequência das publicações foi irregular, por variados motivos. Os livros 1 e 2 foram publicados em 2011, por se tratar de uma época de estruturação, quando a RC ainda se estabelecia como evento acadêmico. Por sua vez, os livros 9, 10 e 11 foram todos publicados em 2022, em decorrência da crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19. O período de maior constância das publicações pesquisadas ocorreu entre 2015 e 2019, quando foram publicados, respectivamente, os livros 4, 5, 6, 7 e 8 – um a cada ano.

Para a seleção da amostra, foi adotado o conceito de imigrante contido no inc. II, §1º do art.1º da lei nº 13.445/2017, qual seja, “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”. Também entraram na amostra artigos sobre trabalhadores emigrantes, ou seja, brasileiros que se fixam temporária ou definitivamente no exterior e ali estabelecem relações de trabalho. Compõem a amostra, portanto, publicações cujo tema principal abrange a condição de imigrante, os deslocamentos a ela relacionados e a exploração predatória do trabalho dessas pessoas. Foram incluídas, também, duas pesquisas sobre cruzeiros marítimos internacionais. Ainda que nem todas as vítimas desses casos sejam imigrantes, a inclusão se justifica pela relação entre a vulnerabilidade e os riscos que as atingem, a nacionalidade dos envolvidos e o deslocamento transnacional inerente à atividade.

A partir desses critérios, foi obtida uma amostra composta por 38 trabalhos,

dos quais um é o relato da experiência de um imigrante japonês e todos os demais são artigos científicos. Os trabalhos selecionados estão listados nas referências. Eles foram organizados a partir das seguintes variáveis: produção ao longo das publicações; temas investigados; nacionalidades envolvidas; e área de conhecimento dos autores das pesquisas, conforme detalhado a seguir.

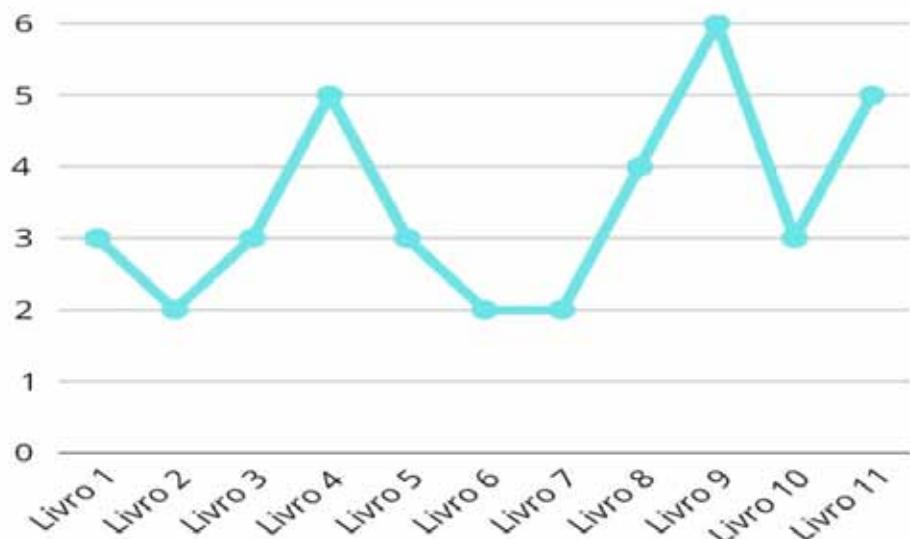
Produção ao longo das publicações

Em todos os livros analisados, constam estudos e pesquisas que abordam a relação entre imigração e a exploração abusiva do fazer humano. O número de trabalhos abordando o tema variou de dois a seis, o que leva a uma média de 3,45 por livro. Os livros 2, 6 e 7 apresentam o menor número de trabalhos – apenas dois em cada. Por sua vez, os livros 4, 9 e 11 trazem o maior número de artigos envolvendo proteção ao trabalho do imigrante – cinco, seis e cinco, respectivamente.

Disso se extrai que o tema foi abordado por poucos autores nos livros relacionados aos encontros realizados por volta de 2009/2010 e de 2016/2017. Noutro giro, o assunto esteve mais em evidência nas publicações ligadas às RCs que ocorreram por volta de 2013/2014, em 2019 e em 2021.

A distribuição e a variação do número de trabalhos apresentados e publicados, ao longo das publicações pesquisadas, podem ser observadas no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Variação do número de textos publicados nos trabalhos analisados



Fonte: Elaboração própria.

Artigo Article

Observa-se que, nas RCs, sempre foram apresentadas pesquisas relacionadas às peculiaridades do trabalho de imigrantes. Houve, contudo, variação significativa no número de trabalhos por publicação entre 2011 e 2022.

Temas investigados

Para o agrupamento dos artigos a partir dos assuntos neles tratados, foram definidos quatro temas, em torno dos quais se dividiam praticamente todos os trabalhos produzidos. Alguns textos abordaram mais de um tema simultaneamente e, por isso, o número de resultados obtidos é superior ao total de textos selecionados.

O tema mais abordado foi a submissão de imigrantes a trabalhos forçados, degradantes e/ou exaustivos, o que configura submissão à condição análoga a de escravo, nos termos do art. 149 do Código Penal em vigor. Esse foi o assunto abordado em 23 textos publicados (Une, 2011; Phillips, 2011; López-Córdova, 2013; Figueira et al, 2015; Paula, 2015; Carstensen, 2015; Suzuki, 2016; Veiga, 2016; Melo, 2016; Rubio et al, 2017; Sudano, 2018; Miraglia 2018; Mesquita e Silva, 2019; Etzel, 2019; Figueira et al, 2019; Lima, 2022; Silva, 2022; Serra Neto et al, 2022; Paula et al, 2022; Zanin, 2022; Silva, 2022; Figueira et al, 2022; Silva et al, 2022; Rocha et al, 2022).

Muitos desses artigos abordam situações envolvendo imigrantes indocumentados, inclusive brasileiros que trabalham no exterior, embora não se restrinjam a esses casos.

O segundo tema mais abordado nos trabalhos envolve o tráfico de pessoas, nele incluído o tráfico sexual, ou tráfico de mulheres. Vale registrar que o advento das leis nº 13.344/2016 e nº 13.445/2017 alterou profundamente a legislação em relação ao tráfico de pessoas e à proteção ao imigrante. Em razão disso, os trabalhos mais antigos se referem a "tráfico de mulheres", termo posteriormente substituído por "tráfico de pessoas" mesmo quando sua finalidade é a exploração de trabalho sexual. Sobre o tema, foram publicados 12 trabalhos, no total (Silva, 2011a; Silva, 2011b; Silva, 2013; Lakhdar, 2013; López-Córdova, 2013; Rubia e Zuñiga, 2015; Rocha, 2015; Carstensen, 2015; Timóteo, 2017; Pimentel et al., 2019; Barbosa e Borges, 2022; Mota, 2022).

Em terceiro lugar, e bem abaixo dos dois temas mais abordados, as pesquisas se voltaram à análise das respostas normativas e institucionais à exploração ilegal de imigrantes (Carvalho, 2011; Timóteo, 2017; Mesquita e Silva, 2019; Barquín, 2022; Rocha e Dutra, 2022). Nesses trabalhos, foram analisadas a legislação nacional e internacional, sua eficácia e lacunas, bem como dados de políticas públicas voltadas à proteção desses trabalhadores – como, por exemplo, o perfil dos imigrantes resgatados nas ações da fiscalização.

Por fim, o quarto grupo temático é composto por capítulos voltados para a proteção ao trabalho de refugiados e de pessoas com acolhimento humanitário, assunto abordado em apenas dois trabalhos publicados (Figueira et al., 2022b; Melo, 2022).

Constata-se, pois, que as pesquisas se concentraram em dois temas principais: tráfico de pessoas e submissão de imigrantes a trabalho forçado, degradante e/ou exaustivo. Com menos ênfase, os pesquisadores se voltaram à avaliação da efetiva proteção institucional ao trabalho do imigrante, e ainda, especificamente à inserção de refugiados e acolhidos nas relações laborais estabelecidas em território nacional.

Nacionalidades e localidades envolvidas nos trabalhos

Neste subitem, os trabalhos da amostra foram agrupados conforme as nacionalidades e localidades. A intenção inicial era identificar a nacionalidade dos imigrantes estudados. Todavia, ao longo da pesquisa, isso se mostrou insuficiente, levando à inclusão de certas localidades devido à sua relação direta com o fluxo de trabalhadores imigrantes, como é o caso da Itália e da Zona Andina, entre outras.

Também se constatou, ao longo da pesquisa, que a maioria dos capítulos não tratava direta ou especificamente de determinada nacionalidade ou localidade. Em vez disso, a maior parte das produções aborda de forma ampla, genérica, a relação entre imigração e trabalho em condições análogas à de escravo.

Nas pesquisas voltadas aos movimentos migratórios, voluntários ou não, para inserção dos imigrantes em atividades laborativas, o foco principal está na localidade de origem, passagem e/ou destino. Aqui, as análises se concentram na relação entre as localidades envolvidas e a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo.

A partir desses critérios, foi obtido o seguinte resultado: 18 trabalhos trataram os quatro temas anteriormente apresentados de forma ampla, sem se aterem a determinada nacionalidade ou localidade (Carvalho, 2011; Silva, 2011a; Silva, 2011b; Phillips, 2011; Silva, 2013; Carstense, 2015; Paula, 2015; Rocha, 2015; Rubio e Zuñiga, 2015; Melo, 2016; Timóteo, 2017; Mesquita e Silva, 2019; Oliveira, 2022; Paula e Herédia, 2022; Zanin, 2022; Silva, 2022b; Barbosa e Borges, 2022; Rocha e Dutra, 2022); seis trataram especificamente de imigrantes bolivianos (Veiga et al., 2016; Suzuki, 2016; Etzel, 2019; Lima, 2022; Silva, 2022a; Silva, 2022b); três, de chineses (Figueira et al., 2015; Sudano, 2018; Figueira et al., 2019); três, de brasileiros emigrantes (Miraglia, 2018; Serra Neto e Mesquita, 2022; Mota, 2022). Congolesas/es (Figueira et al., 2022b), venezuelanas/as (Melo, 2022), japonês (Une, 2011), Zona Andina (López-Cordoba, 2013), França (Lahdar, 2013), Itália (Barquín, 2022), México (Pimentel et al., 2019) e Portugal (Serra Neto e Mesquita, 2022) foram objeto de um trabalho, cada.

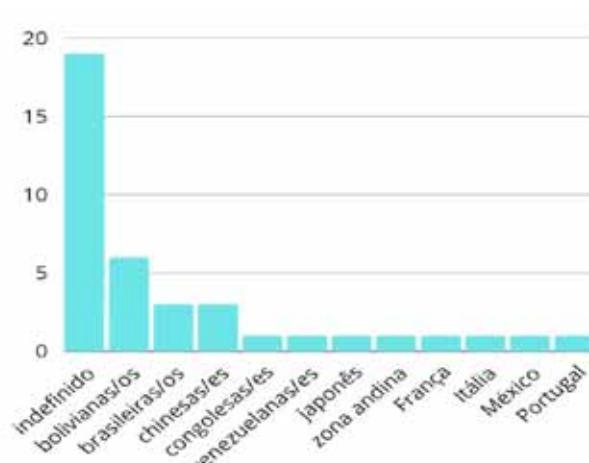


Gráfico 2: Nacionalidades e localidades envolvidas nos trabalhos analisados

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos estudos de caso, boliviana/os, chineses/as e emigrantes brasileiras/os receberam atenção mais específica e frequente nos textos publicados. Já em relação aos refugiados e portadores de visto humanitário, apenas congolesas/es e venezuelanas/as foram objeto de análise pontual.

Autores e suas áreas de conhecimento

O último aspecto selecionado para o levantamento e organização dos dados foi a quantidade de autores e suas respectivas áreas de conhecimento. Ao todo, 39 autores publicaram trabalhos sobre proteção ao trabalho do imigrante. Entre eles, alguns publicaram mais de um trabalho, em livros distintos, enquanto outros trabalhos foram elaborados em coautoria, tendo dois autores ou mais.

Constata-se uma grande variedade na formação acadêmica dos que se voltaram à pesquisa envolvendo o tema. Essa variedade está presente não apenas nas diversas áreas de conhecimento envolvidas, mas também na formação eclética de um significativo percentual dos autores dos trabalhos apresentados nas RCs do GPTEC.

Alguns autores transitam por mais de uma área de conhecimento, como é o caso, por exemplo, de Natália Suzuki, que alia graduação em comunicação social/jornalismo com especialização em ciência política, de Ebenezer Oliveira, que alia a formação em história com filosofia e políticas públicas, e de Maria Celeste Simões Marques, bacharel e mestre em direito e doutora em serviço social.

A maioria dos autores tem formação acadêmica em direito, área na qual 14 atuam². Interessante registrar que, inicialmente, foram pesquisadores das ciências sociais que dedicaram mais atenção ao tema. Sociólogos e antropólogos formam o segundo maior grupo de pesquisadores, contando com nove autores³. Na sequência, cinco autores têm formação em ciências políticas⁴, quatro em história⁵, três em serviço social⁶, dois em economia⁷, um em relações internacionais⁸ e um em turismo⁹.

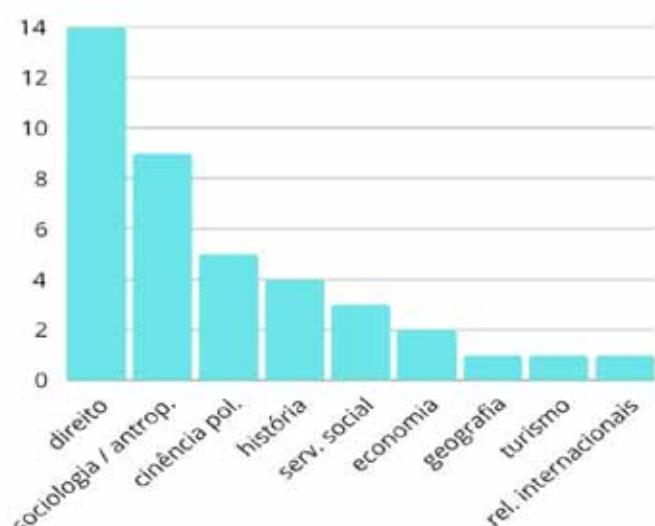


Gráfico 3: Área de conhecimento dos autores dos trabalhos analisados

Fonte: Elaboração própria.

Concluído o levantamento e a organização dos dados contidos na amostra selecionada, foi realizada, em seguida, uma análise qualitativa dessas informações.

Análise qualitativa da amostra selecionada

Partindo do levantamento quantitativo, detalhado do item anterior, é possível realizar algumas avaliações acerca das publicações pesquisadas. Inicialmente, serão avaliados os aspectos gerais das obras e, em seguida, os aspectos específicos da produção sobre a proteção ao trabalho do imigrante.

Em suas primeiras edições, tanto os encontros quanto as publicações buscavam se estabelecer no calendário acadêmico. Idealizadas por Ricardo Rezende Figueira, coordenador do GPTEC, as RCs foram regularmente organizadas em conjunto com outros componentes do grupo de pesquisa, destacando-se a presença da professora Adonia Prado, co-coordenadora dos nove primeiros livros produzidos a partir dos encontros.

Como o GPTEC está vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essa instituição abrigou o maior número de encontros. Por seu turno, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estruturou uma Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas (CTETP), vinculada à Faculdade de Direito, onde, além de atendimento jurídico às vítimas, são desenvolvidos projetos de pesquisa. Mais recentemente, foi criada outra clínica semelhante na Faculdade de Direito (FAD) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Muitos dos projetos, e pesquisas desenvolvidos por essas instituições de ensino, serviram de base para os trabalhos apresentados nas Reuniões Científicas.

Além dessas, outras instituições, como a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Federal Fluminense (UFF), entre outras, produziram, por meio de professores/as, alunos/as e pesquisadores/as, a maior parte dos trabalhos reunidos nos 11 livros que são objeto desta pesquisa. Outro aspecto marcante da produção é a presença de pesquisadores/as e instituições estrangeiros.

Esses elementos indicam que, ao longo de suas edições, as RCs se consolidaram como espaço de produção e aperfeiçoamento do conhecimento acadêmico, especificamente relacionado às formas atuais de trabalho forçado, degradante e exaustivo. Nesse espaço, houve intenso intercâmbio, não só entre pesquisas desenvolvidas em diversas regiões do país, mas também com a produção acadêmica estrangeira.

Contribuiu para esse intenso intercâmbio de conhecimento, como mencionado, a formação eclética dos pesquisadores. Essa diversidade possibilita uma atuação pedagógica nos moldes do “diamante ético”, proposto por Herrera Flores (2009, p. 117, 123) e se baseia na seguinte ideia:

Tanto a dignidade humana como os direitos não são elementos isolados e, também, não são dados com antecedência, mas sim construídos passo a passo pela própria comunidade ou grupo afetado, (...) falar de dignidade

não é referir-se a algo abstrato ou metafísico, mas sim às possibilidades ou obstáculos que temos na hora do acesso (igualitário ou desigual) aos bens materiais e imateriais. (...) Teoria e prática, ideias e políticas públicas devem caminhar de mãos dadas. (...) O desafio, então, consiste em saber escolher os elementos e os eixos que mais interessam trabalhar de forma analítica e prática os direitos humanos, entendidos como processos que abrem (ou fecham) espaços de luta pela dignidade humana.

Conforme apontado anteriormente, o estudo envolvendo a proteção ao trabalhador imigrante mobilizou pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Apesar da prevalência dos juristas, há notável diversidade na especialização dos autores. Por conseguinte, as pesquisas desenvolvidas nos trabalhos da amostra se valeram de variadas reflexões sobre o tema, geradas a partir de diferentes formações acadêmicas. Tal aspecto possibilitou a análise das questões propostas por diversos ângulos, o que certamente enriqueceu o debate e, consequentemente, a produção que dele resultou. Ou seja, o tema foi observado sob o prisma do diamante ético, proposto por Flores.

Especificamente em relação à proteção ao trabalho do imigrante, em todos os 11 livros analisados, há, pelo menos, dois trabalhos relacionados ao tema. Já no livro 1 consta o relato de um imigrante japonês que se viu em situação de servidão por dívida, um artigo sobre tráfico de pessoas e outro que analisa os tratados e convenções internacionais que buscam proteger imigrantes de relações de trabalho aviltantes. Esses três eixos permanecem na mira dos autores até a última publicação avaliada, o livro 11, em que há dois artigos sobre tráfico de pessoas, dois envolvendo marítimos e um que analisa dados de imigrantes resgatados no Brasil entre 2016 e 2019.

A constância dessas abordagens se deve, provavelmente, à estreita relação entre escravidão e deslocamentos transnacionais nas experiências vivenciadas nos ciclos colonial e imperial. Além dessa origem, os trabalhos apontam que no atual estágio de globalização, diversos fluxos migratórios se relacionam com o tráfico de pessoas e a exploração de trabalho forçado e/ou aviltado, degradante e/ou exaustivo.

Também se pode concluir que essa multiplicidade se relaciona à complexidade do tema central dos trabalhos. Com efeito, os deslocamentos transnacionais, relacionados à exploração predatória do trabalho humano, envolvem múltiplas facetas, que se interligam. Portanto, é necessário um olhar interdisciplinar para a análise global do fenômeno.

Quanto à variação no número de trabalhos reunidos por publicação, nota-se que alguns trabalhos estão relacionados a casos que ganharam espaço na mídia. Isso sugere que o destaque nos meios de comunicação influencia a investigação acadêmica. As pesquisas relacionadas aos chineses no Rio de Janeiro e aos bolivianos em São Paulo exemplificam esse aspecto.

Apesar da consistente e constante produção de trabalhos envolvendo a exploração abusiva de imigrantes, a análise da amostra reunida indica haver um déficit de pesquisas sobre certos grupos estrangeiros, que estão inseridos em atividades laborais relacionadas com o Brasil, de alguma forma. No subitem que analisa as nacionalidades e localidades

envolvidas nos trabalhos, fica evidente que a maioria tratou do tema de forma ampla, isto é, poucos se fixaram em determinada nacionalidade. Como se vê, as nacionalidades pesquisadas, em regra, estão relacionadas a casos que ganharam divulgação na mídia. Embora alguns trabalhos tratem de imigrantes paraguaios, por exemplo, não há pesquisas específicas e aprofundadas dedicadas a eles. Logo, seria recomendável a produção de pesquisas sobre nacionalidades que ainda não foram objeto de estudos, apesar de serem significativamente presentes no mercado de trabalho brasileiro.

Ainda mais deficitários são os estudos sobre a inserção, nas relações laborais internas, dos refugiados e de portadores de visto temporário por acolhida humanitária. Nesses casos, a imigração é involuntária: as pessoas deixam seus países de origem em decorrência de guerra, iminente instabilidade institucional, conflito armado, calamidade de grande proporção, desastre ambiental, fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, enfim, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário. São pessoas que foram forçadas a migrar para sobreviver. Ao conceder-lhes visto em razão de acolhimento humanitário, o Estado brasileiro reconhece que elas se encontram em situação de extrema vulnerabilidade. Nesse contexto, necessitam de amparo institucional para fazer valer as garantias legais, entre elas, de não serem escravizadas.

Nota-se, por exemplo, a ausência de trabalho publicado nos livros pesquisados sobre a situação dos refugiados haitianos, apesar do significativo fluxo migratório gerado pela grave crise humanitária em seu país de origem. Também é notória a inserção desses imigrantes em relações de trabalho, dentro do Brasil. Ora, apenas conhecendo a realidade dessa população de origem haitiana será possível traçar uma política de efetivo atendimento humanitário. Um incremento de pesquisas sobre as condições de trabalho desse grupo de trabalhadores estrangeiros, nos moldes dos trabalhos desenvolvidos por Ricardo Figueira e Sarah Masengu (2022) e Vitor Melo (2022), poderá municiar os formuladores de políticas públicas de prevenção e repressão ao trabalho escravo contemporâneo, em território nacional.

No mesmo desiderato, é salutar prosseguir e aprofundar as pesquisas relacionadas ao tráfico de pessoas e à submissão de certos imigrantes ao trabalho escravo contemporâneo, nas suas diversas facetas. Embora esses dois temas sejam objeto da maioria dos trabalhos reunidos, ainda há poucos estudos de caso, em especial de outras nacionalidades além de bolivianos, congoleses e chineses. A ampliação dos objetos das pesquisas é necessária, principalmente, para traçar e aperfeiçoar políticas públicas de proteção ao trabalhador imigrante.

Considerações finais

Ao final de tudo que se expos até aqui, é possível concluir que as Reuniões Científicas, promovidas pelo GPTEC, consolidaram um importante espaço de produção de conhecimento com vistas ao enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo.

No decorrer dos encontros, e nas publicações que deles resultaram, houve constante apresentação de trabalhos voltados ao sistema de proteção ao trabalho do imigrante. A partir dessa produção, foi aprofundado o conhecimento acerca do tráfico de pessoas, dos fluxos migratórios e da exploração predatória e abusiva de certos grupos de imigrantes.

A erradicação do trabalho realizado em condições análogas à de escravo, no tempo presente, não depende apenas de boas normas jurídicas que proíbam a prática. Faz-se necessário compreender as sujeições interseccionais que se camuflam no ambiente cultural, sustentadas pela subjetividade que naturaliza a degradação das condições de trabalho e a exploração até a morte de certos grupos sociais, classificados racialmente como inferiores.

Nesses grupos, incluem-se os trabalhadores imigrantes, que, ao serem identificados como "outros", "estrangeiros", tornam-se mais vulneráveis às relações abusivas de trabalho. Apenas aprofundando a investigação sobre a realidade dessas pessoas será possível cumprir a promessa de respeito à dignidade da pessoa que trabalha, independentemente da sua nacionalidade, previsto em tratados internacionais e na Constituição Federal.

Referências

Livros elaborados a partir das Reuniões Científicas do GPTEC

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2011a.

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011b.

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Privação de liberdade ou atentado à dignidade: escravidão contemporânea**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **A universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo: estudos sobre ações e atores**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Estudos sobre as formas contemporâneas de trabalho escravo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Escravidão: moinho de gentes no século XXI**. Rio de

Janeiro: Mauad X, 2019.

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Escravidão ilegal**: migração, gênero e novas tecnologias em debate. contemporânea: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022a.

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo e resistência em tempos de pandemia**. São Luis: EDUFMA, 2022b.

FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Escravidão contemporânea no campo e na cidade**: perspectivas teóricas e empíricas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022c.

Trabalhos incluídos na amostra

CARSTENSE, L. Trabalho forçado e tráfico de pessoas: uma análise do discurso em instituições e organizações internacionais e brasileiras. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **A universidade discute a escravidão contemporânea**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 417-440.

CARVALHO, N. V. Tratados e convenções internacionais e seus reflexos (e inconsistências) no tratamento da escravidão pós-abolição. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Olhares sobre a escravidão contemporânea**: novas contribuições críticas. Cuiabá: EdUFMT, 2011. p. 237-254.

BARBOSA, G. D.; BORGES, P. C. C. Vulnerabilidade socioeconômica como fator determinante para a exploração do ser humano no âmbito do tráfico de pessoas. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Escravidão contemporânea no campo e na cidade**: perspectivas teóricas e empíricas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 537-552.

BARQUÍN, D. L. Camparalato e migrações irregulares: lições de um fenômeno universal de origem latina. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. **Trabalho escravo contemporâneo e resistência em tempos de pandemia**. São Luis: EDUFMA, 2022. p. 141-166.

ETZEL, M. C. Mulheres bolivianas em São Paulo: notas sobre migração, filhos e violência. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Escravidão**: moinho de gentes no século XXI. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 321-338.

FIGUEIRA, R. R. et al. Os chineses no Rio: a escravidão urbana. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **A universidade discute a escravidão contemporânea**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 91-108.

FIGUEIRA, R. R.; QUIROGA, A. M. Chineses no Rio de Janeiro: Estudo de caso sobre trabalho escravo. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Escravidão**: moinho de gentes no século XXI. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 339-364.

FIGUEIRA, R. R.; MASENGU, S. A inserção de imigrantes congoleses nas relações de trabalho no Rio de Janeiro. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo e resistência em tempos de pandemia**. São Luis: EDUFMA, 2022. p. 205-228.

LIMA, C. R. N. A. Escravos da moda nas redes de fast fashion: o caso Zara. In: **Escravidão**

illegal: migração, gênero e novas tecnologias em debate. contemporânea: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 83-103.

LAKHDAR, S. O Tráfico Humano na França. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Privação de liberdade ou atentado à dignidade:** escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 445-460.

LÓPEZ-CORDOBA, D. La esclavitud contemporânea em la Zona Andina: um acercamiento bibliográfico. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Privação de liberdade ou atentado à dignidade:** escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 461-486.

MELO, Vitor Coelho Camargo de. A produção da ilegalidade do trabalho migrante como estratégia. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo:** teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 187-208.

MELO, Vitor Coelho Camargo de. Interiorizar e integrar? O papel dos Direitos Humanos nas políticas públicas para migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.) **Escravidão contemporânea no campo e na cidade:** perspectivas teóricas e empíricas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 521-536.

MESQUITA, V. J.; SILVA, R. H. Migração e escravidão no Brasil: uma análise acerca da lei nº 13.445/2017. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Escravidão:** moinho de gentes no século XXI. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 299-320.

MIRAGLIA, L. M. M. et al. Trabalho no exterior: o sonho que pode virar pesadelo. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Estudos sobre as formas contemporâneas de trabalho escravo.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2018. p. 173-194.

MOTA, M. P. Exploração sexual e tráfico de pessoas: a perspectiva das travestis e mulheres trans. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Escravidão contemporânea no campo e na cidade: perspectivas teóricas e empíricas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 355-370.

OLIVEIRA, E. Análise de implementação das políticas públicas de trabalho e promoção do trabalho decente para migrantes na cidade de São Paulo (2013-2016). In: FIGUEIRA, R. R. et al. (Orgs.). **Escravidão ilegal:** migração, gênero e novas tecnologias em debate. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 587-607.

PAULA, A. T.; HERÉDIA, V. B. M. Trabalho análogo à escravidão em navios de cruzeiro; o que os tripulantes tem a dizer? In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Escravidão ilegal:** migração, gênero e novas tecnologias em debate. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 291-310.

PAULA, J. Trabalhadores imigrantes no Brasil: da irregularidade à escravização. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **A universidade discute a escravidão contemporânea:** práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 175-192.

PHILLIPS, N. Mirando nas redes globais de produção e acertando no trabalho forçado. In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo:** um debate transdisciplinar. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 157-178.

PIMENTEL, B. M. et al. Trata de personas en Mexico: Un balance sobre las medidas para

enfrentarla. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.) Escravidão: moinho de gentes no século XXI.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 55-80.

ROCHA, G. Ó R. Tráfico de pessoas e trabalho escravo contemporâneo na perspectiva dos tratados internacionais e da legislação nacional. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). A universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 389-416.

ROCHA, G. Ó R.; DUTRA, K. T. Análise estatística sobre imigrantes resgatados do trabalho análogo ao de escravo no Brasil. Período de 2016 a 2019. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Escravidão contemporânea no campo e na cidade: perspectivas teóricas e empíricas.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 553-566.

RUBIO, D. S.; ZUÑIGA, P. C. Trata de personas, trabajo esclavo y prostitución: tres expreciones de una normalización estructural desigual previa. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). A universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 109-132.

RUBIO, D. S.; ZUÑIGA, P. C. El trabajo domestico indigno y como forma análoga a la esclavitud: entre la explotación, la discriminación y la desigualdad. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Trabalho escravo contemporâneo: estudos sobre ações e atores.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. p. 33-51.

SERRA NETO, P. H.; MESQUITA, V. J. Trabalho escravo além-mar: uma realidade que une Brasil e Portugal. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.) Escravidão ilegal: migração, gênero e novas tecnologias em debate. contemporânea: práticas e reflexões.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 125-138.

SILVA, L. F. O. Escravidão contemporânea nas oficinas de costura paulistas: uma análise dos critérios adotados nas inspeções realizadas entre 2010 e 2016. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Escravidão ilegal: migração, gênero e novas tecnologias em debate. contemporânea: práticas e reflexões.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2022a. p. 104-124.

SILVA, L. F. O. Sem nome e sem documento: violências e estratégias de sobrevivência na vida de um imigrante da costura em São Paulo. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Trabalho escravo contemporâneo e resistência em tempos de pandemia.* São Luis: EDUFMA, 2022b. p. 187-204.

SILVA, R. M. et al. O trabalho escravo na Marinha Mercante: sistematização do modus operandi da escravidão da tripulação de navios estrangeiros que operam em águas brasileiras. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Escravidão contemporânea no campo e na cidade: perspectivas teóricas e empíricas.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 481-498.

SILVA, W. C. Tráfico de pessoas: cenário, atores e crime. Em busca do respeito à dignidade humana. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.) Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas.* Cuiabá: EdUFMT, 2011a. p. 254-276.

SILVA, W. C. Tráfico de mulheres: necessidades, realidades e expectativas. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2011b. p. 195-224.

SILVA, W. C. Tráfico de pessoas em Sinergia Negativa com o Trabalho Forçado: Uma

Forma Contemporânea de Escravidão. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Privação de liberdade ou atentado à dignidade: escravidão contemporânea.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 433-444.

SUDANO, S. Escravização de imigrantes chineses e dilemas da irregularidade. *In: FIGUEIRA, MESQUITA, V. J.; SILVA, R. H. Migração e escravidão no Brasil: uma análise acerca da lei nº 13.445/2017.* *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Escravidão: moinho de gentes no século XXI.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 299-320. R. et al. (Orgs.). *Estudos sobre as formas contemporâneas de trabalho escravo.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2018. p. 145-172.

SUZUKI, N. Bolivianos em cortiços? Onde e como vivem os imigrantes submetidos ao trabalho escravo na cidade de São Paulo. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo: teoria e pesquisa.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 147-164.

TIMÓTEO, G. L. S. Tráfico de pessoas e tráfico de migrantes no contexto do projeto de lei de migração (PLS 288/2013). *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Trabalho escravo contemporâneo: estudos sobre ações e atores.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. p. 53-62.

UNE, Mitiko Y. Uma situação vivida por um imigrante de 1931 (depõimento). *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas.* Cuiabá: EdUFMT, 2011. p. 331-337.

VEIGA, J. P. C. et al. Trabalhadoras bolivianas da costura na cidade de São Paulo. *In: FIGUEIRA, R. et al. (Orgs.). Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo: teoria e pesquisa.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 119-146.

ZANIN, V. Degradação, violência, jornada exaustiva entre os trabalhadores da frota de carga e cruzeiro internacional. *In: FIGUEIRA, Ricardo R. et al. (Orgs.). Escravidão ilegal: migração, gênero e novas tecnologias em debate.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 311-31.

(Endnotes)

1 Notas

Registre-se que foi realizado um Seminário, com formato semelhante ao das RCs, antes dos encontros considerados no presente estudo. Apesar de esse encontro ser considerado a origem das RCs, o nome do evento não foi Reunião Científica, razão pela qual a obra não foi aqui incluída.

2 Camila R. N. A. Lima; Dafne F. Bastos; David S. Rubio; Gabrielle L. S. Timóteo; Guilherme D. Barbosa; Horácio M. Lobato Neto; Lívia M. M. Miraglia; Paulo C. C. Borges; Prudêncio H. Serra Neto; Renã M. Silva; Robson H. Silva; Sara L. M. Cerqueira; Valena J. Mesquita; Waldimeire S. Silva.

3 Ana M. Quiroga; Dania L. Córdova; Edna M. Galvão; Lisa Corstensen; Maíra Etzel; Nicola Phillips; Ricardo R. Figueira; Valter Zanin; Vítor S. S. Melo.

4 Graziella O. Rocha; João P. C. Veiga; Nanci V. Carvalho; Natália Suzuki; Sophia Lakhdar.

5 Ebenezer Oliveira; Lorena F. O Silva; Pilar C. Zuñiga; Vania B. M. Herédia.

6 Julia de Paula; Murilo P. Mota; Suliane Sudano.

7 Boris m. Pimentel; Karoline T. Dutra.

8 Katiuscia M. Galhera.

9 Angela T. Paula.